



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2024.0001274994

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 3010660-65.2024.8.26.0000, da Comarca de São Vicente, em que é agravante MARIA DO CÉU DE LIMA FAGUNDES, é agravado IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICORDIA DE SANTOS.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 27ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Deram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores ROGÉRIO MURILLO PEREIRA CIMINO (Presidente), DARIO GAYOSO E ALFREDO ATTÍE.

São Paulo, 30 de dezembro de 2024.

ROGÉRIO MURILLO PEREIRA CIMINO

Relator

Assinatura Eletrônica

Voto nº 16005

Agravo de Instrumento nº 3010660-65.2024.8.26.0000

27ª Câmara de Direito Privado

Comarca: São Vicente - 1ª Vara Cível

Agravante: Maria do Céu de Lima Fagundes

Agravado: Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Santos

Juiz: Leandro de Paula Martins Constant

AGRAVO DE INSTRUMENTO. Penhora de ativos financeiros do executado. Bloqueio de valores em conta bancária do agravante. Impenhorabilidade de quantia limitada a 40 (quarenta) salários-mínimos, independente da natureza da conta bancária e do caráter não alimentar do crédito perseguido. Artigo 833, inciso X, do Código de Processo Civil. Precedentes. Liberação dos valores devida. Decisão reformada. Recurso provido.

Trata-se de agravo de instrumento tirado contra a r. decisão de folha 1.740 dos autos de origem, a qual manteve o bloqueio exitoso da quantia aproximada de mil setecentos e noventa reais realizada em conta corrente da parte devedora, visando o adimplemento da obrigação de pagar que contra ela tramita.

A parte executada, ora agravante, sustenta que a quantia bloqueada é inferior a quarenta salários-mínimos, sendo coberta pela impenhorabilidade.

Recurso regularmente processado e respondido.

Não houve oposição ao julgamento virtual, nos termos da Resolução nº. 772/2017 do Órgão Especial deste Tribunal.

É o relatório.

O recurso comporta provimento.

Na esteira do já arrazoadado na decisão monocrática de folhas 17/19, quanto à impenhorabilidade, independente da natureza da conta bancária, prevalece o entendimento de que é impenhorável o montante inferior a 40 (quarenta) salários-mínimos, conforme entendimentos desta Câmara e do próprio Superior Tribunal de Justiça:

“EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. LOCAÇÃO COMERCIAL. BLOQUEIO JUDICIAL DE VALORES DEPOSITADOS EM DUAS CONTAS BANCÁRIAS DA AGRAVANTE. Valores que, somados, são superiores a 40 salários mínimos. Impenhorabilidade apenas da quantia de até 40 salários mínimos, conforme artigo 833, X, do CPC. A impenhorabilidade alcança os ativos financeiros depositados em nome do devedor, em montante inferior a 40 salários mínimos, independentemente da natureza da conta bancária e do caráter não alimentar do crédito perseguido, ressalvada a prova de má-fé do devedor, o que não foi demonstrado pela agravada. Contudo, o valor excedente a 40 salários mínimos (somadas as quantias depositadas nas duas contas) deve permanecer constrito - Precedentes do E. STJ e deste C. Tribunal. Tendo em vista que já foi desbloqueada a quantia de R\$ 20.705,83, resta ser liberado o montante que falta para completar R\$ 44.000,00 (40 salários mínimos), mantido o bloqueio do saldo remanescente. Decisão reformada. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.” (Agravo de Instrumento nº 2122420-41.2021.8.26.0000, Rel. Des. Angela Lopes, j. 27.10.2021).

“EXAME: Quantia bloqueada em conta bancária da devedora. Irrelevância da natureza da verba alcançada pelo bloqueio, que não ultrapassa quarenta (40) salários mínimos. Interpretação ampliativa do artigo 833, incisos IV e X, do Código de Processo Civil. Aplicação do Recurso Especial nº 1340120/SP. Caso que comportava mesmo o levantamento da penhora, com a liberação do valor dos ativos penhorados. Decisão reformada.” (Agravo de Instrumento nº 2161666-44.2021.8.26.0000, Rel. Des. Daise Fajardo Nogueira Jacot, j. 25.10.2021)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Dessa forma, como a verba constricta não supera o montante legal, de rigor seja reconhecida a impenhorabilidade de até 40 salários mínimos.

Assim, fica reformada a r. decisão agravada, como fundamentado.

Diante do exposto, **DÁ-SE PROVIMENTO** ao recurso.

Rogério Murillo Pereira Cimino

Relator